



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

**RESOLUÇÃO Nº. 61 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.**

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais e após deliberação dos membros do Conselho Superior ocorrida na 6ª Reunião Ordinária do exercício de 2015,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.


Adelmo Carvalho Santana
Presidente do Conselho Superior
IF Sertão Pernambucano

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM:
1º/03/2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

PAINT 2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

1. INTRODUÇÃO

A unidade de Auditoria Interna - AUDIN do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE apresenta seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, que contém o planejamento das ações de auditoria que serão executadas no exercício de 2016, o presente Plano foi elaborado segundo as normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União, previstas nas Instruções Normativas nº 7, de 29 de dezembro de 2006, e nº 1, de 03 de janeiro de 2007, com suas posteriores alterações.

O PAINT 2016 aborda as ações que a AUDIN consideradas relevantes para o fortalecimento e o aprimoramento da gestão, para atingir esse objetivo, o plano prevê a realização de auditorias nas áreas orçamentária, financeira, suprimento de bens e serviços, patrimonial, Recursos Humanos e Operacional. O planejamento contempla, também, as atividades administrativas e de gestão da própria unidade de auditoria, o acompanhamento das auditorias, fiscalizações e o monitoramento das recomendações e determinações oriundas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, e a perspectiva de participação de seus servidores em eventos de capacitação, que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas pela AUDIN.

2. INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE é composto por Reitoria e 07 (sete) *Campi* e 03 Centros de Referência. Sendo a Reitoria quem descentraliza os recursos orçamentários para os respectivos *Campi*.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

Unidade	UG	Gestão
Reitoria	158149	26430
Campus Petrolina Zona Rural	158278	26430
Campus Petrolina	158499	26430
Campus Floresta	158500	26430
Campus Salgueiro	158568	26430
Campus Ouricuri	158570	26430
Campus Santa Maria da Boa Vista	158740	26430
Campus Serra Talhada	158741	26430

O Centro de Referência de Petrolândia é administrado pelo *campus* Floresta, tem área total de 14 hectares, com 1.200 metros quadrados construídos mais quadra poliesportiva. Localiza-se na Rodovia BR 316, Km 26.

O Centro de Referência de Afrânio é administrado pelo *campus* Petrolina Zona Rural do IF Sertão-PE, sua estrutura física é composta por uma sala de coordenação, duas salas de aula e um laboratório de informática. Localiza-se na Av. Dom Malan (ao lado da BR 407), s/n, Centro.

O Centro de Referência de Sertânia é administrado pelo *campus* Serra Talhada do IF Sertão-PE, ambiente destinado ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, circunscritas a áreas temáticas especificamente voltadas para promover o surgimento e/ou consolidação e aprimoramento dos arranjos produtivos locais. Localiza-se na Rua Prof. Ubirajara, s/n, Alto do Rio Branco.

Para atender suas atividades e manutenção de sua infraestrutura à matriz orçamentária, dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), prevê para 2016 o montante de R\$ 123.156.678 (Cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e seis mil seiscientos e setenta e oito reais) distribuídos nos seguintes grupos de despesa:

Grupo de Despesa	Valor(R\$)
-------------------------	-------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

Pessoal e Encargos Sociais	87.567.906
Outras Despesas Correntes	31.221.923
Investimentos	4.366.849
Total	123.156.678

3. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna de acordo com o Regimento Geral e o seu Estatuto está vinculada a Reitoria, contudo no Regimento Interna da Auditoria Interna, em construção, está proposto a sua vinculação ao Conselho Superior. Em construção também está o Manual de Procedimentos da Auditoria Interna que visa nortear as atividades desenvolvidas pelo Setor.

Auditoria Interna conta atualmente com um quadro de 05(cinco) servidores conforme detalhado abaixo:

Nome	Formação	Cargo	Função
Jancilene Alves dos Santos	Ciências Contábeis/ Administração	Contador	Chefe da Auditoria Interna
Amanda Leal Barros de Melo	Direito	Auditor	-
Maria Damiana de Araújo Macedo	Direito	Auditor	-
Raquel Oliveira Cavalcanti Guimarães	Direito	Auditor	-
Renato de Barros Godoi Maranhão	Direito	Auditor	-

A instalação física do Setor foi ampliada visando a acomodação do servidores recém nomeados, contudo ainda temos deficiência de equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

4. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT

O IF Sertão-PE não possui uma matriz de risco sistematizada, para que se possa comparar e definir o grau de risco das diversas atividades que compõem a instituição, a seleção das ações levou em consideração, principalmente, os seguintes fatores:

- Áreas que ainda não foram objeto de auditoria;
- Áreas em que foram identificadas, em auditorias realizadas anteriormente, fragilidades ou inconsistências nos controles internos;
- Capacidade operacional da AUDIN
- Materialidade relacionada à ação.

4.1 Metodologia de cálculo das horas de atividades

Para cálculo do tempo necessário para a realização das atividades foi considerada a jornada diária de trabalho por servidor, correspondente aos dias úteis do calendário de 2016, excluídos dos períodos de férias e possibilidade de afastamentos para capacitação.

ATIVIDADE	HORAS/HOMEM	PARTICIPAÇÃO
Gestão da AUDIN	870	9,57 %
Acompanhamento	1.064	11,71 %
Auditoria	6.594	72,56 %
Capacitação e desenvolvimento institucional	560	6,16 %



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

Total	9.088	100,00 %
--------------	--------------	-----------------

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações, podendo ser suprimido ou elastado, em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução, tais como treinamentos (cursos e congressos), trabalhos especiais, atendimento a demandas Tribunal de Contas da União – TCU, da Controladoria Geral da União - CGU e da Administração da Instituição.

Em anexo:

Planilha de Ações

Relação de feriados na Cidade de Petrolina/PE

Afastamentos em 2016

Calendário 2016

Petrolina, 14 de dezembro de 2015.

Jancilene Alves

AUDIN

RELAÇÃO DE FERIADOS EM PETROLINA/PE EM 2016

Data	Dia da Semana	Feriado
-------------	----------------------	----------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

01/01/2016	Sexta-Feira	Confraternização universal
08/02/2016	Segunda-Feira	Carnaval
09/02/2016	Terça-Feira	Carnaval
10/02/2016	Quarta-Feira	Cinzas
25/03/2016	Sexta-Feira	Paixão de Cristo
21/04/2016	Quinta-Feira	Tiradentes
26/05/2016	Quinta-Feira	Corpus Christi
24/06/2016	Sexta-Feira	São João
05/08/2016	Segunda-Feira	Padroeira da Cidade
07/09/2016	Quarta-Feira	Independência do Brasil
21/09/2016	Quarta-Feira	Aniversário da Cidade
12/10/2016	Quinta-Feira	Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
28/10/2016	Sexta-Feira	Dia do Servidor Público
02/11/2016	Quarta-Feira	Finados
15/11/2016	Terça-Feira	Proclamação da República

AFASTAMENTOS EM 2016

SERVIDOR	CONTROLE DE FÉRIAS		
	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS	DIAS UTÉIS (EM H)
Jancilene Alves dos Santos	02 a 31/05/2016	21	168
Amanda Leal Barros de Melo	27 a 30/06/2016	4	32
	01 a 06/07/2016	4	32
	14 a 23/12/2016	8	64



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

Maria Damiana de Araújo Macedo	27 a 31/01/2016	3	24
	01 a 05/02/2016	5	40
	11 a 20/07/2016	8	64
	05 a 14/12/2016	8	64
Raquel Oliveira Cavalcanti Guimarães	16 a 30/11/2016	11	88
	01 a 05/12/2016	3	24
Renato de Barros Godoi Maranhão	03 a 31/10/2016	19	152
	01/11/2016	1	8



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

CALENDÁRIO DE DIAS ÚTEIS 2016

MESES	DIAS	HORAS
Janeiro	20	776
Fevereiro	18	680
Março	22	880
Abril	20	800
Maiο	21	672
Junho	21	808
Julho	21	744
Agosto	22	880
Setembro	20	800
Outubro	19	608
Novembro	20	704
Dezembro	22	728
Total	246	9.080



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAINT 2016
EXERCÍCIO: 2016

ENTIDADE: IF SERTÃO-PE

I – AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA

Nº AÇÃO	Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Avaliação sumária quanto ao risco inerente ao objeto a ser auditado e sua relevância em relação à entidade	Origem da Demanda	Objetivo da auditoria	Escopo do trabalho	Local de Realização	Conhecimento	Período de Execução	
								Período	h/h
1. ÁREA DE CONTROLE DA GESTÃO									
1.1	RAINT	Risco: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes, em desconformidade com o art. 3º da IN 01/2007-CGU. Relevância: Resultados dos trabalhos de auditoria interna para fortalecimento dos controles internos.	CGU	Elaborar o Relatório Anual de Auditoria Interna RAIN de 2015. Apresentando os resultados dos trabalhos desenvolvidos em 2015.	Relato de todas as atividades executadas em conformidade com as planejadas	AUDIN	IN 01/2007- CGU IN 07/2006- CGU	Janeiro/ 2016	160



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

1.2	PAINT	<p>Risco: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigente. Descumprimento do preceituado no art. 2º da IN nº 01 de 03/01/2007, modificada pela IN nº 09 de 14/11/2007.</p> <p>Relevância: Sistematização das atividades planejadas para serem desenvolvidas em 2017.</p>	CGU	Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna-PAINT/2017 das ações que serão desenvolvidas no ano de 2017.	Descrever o planejamento das ações previstas nas áreas de controle da gestão, orçamentária, financeira, patrimonial e recursos humanos a serem auditadas em 2017.	AUDIN	IN 01/2007- CGU IN 07/2006- CGU	Outubro /2016	190
1.3	Relatório de Gestão 2015	<p>Risco: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigente em descumprimento das Decisões Normativas TCU</p> <p>Relevância: Cumprimento das exigências contidas na DN - TCU.</p>	CGU/TCU	Elaborar e consolidar Relatório de Gestão, conforme os normativos do TCU.	Consolidar as informações recebidas das Pró-Reitorias .	AUDIN/PROAD	Decisões Normativas e Portaria TCUE Portaria CGU	Fevereiro a Março/2016	320
1.4	Atuação da CGU	<p>Risco: Não atendimento às recomendações.</p> <p>Relevância: Cumprimento das recomendações visando a regularidade das contas.</p>	CGU	Acompanhar o atendimento das Solicitações de auditoria emitida pela CGU e a implantação do plano de providências junto aos setores auditados, evitando o não atendimento das recomendações.	Consolidar 100% das respostas dos setores sobre as recomendações dos relatórios da CGU	AUDIN	Relatórios emitidos pela CGU	Janeiro a Dezembro/2016	344



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

1.5	Atuação do TCU	Risco: descumprimento por parte dos setores das determinações emanadas pelo TCU podendo ensejar multas Relevância: Cumprimento das determinações do TCU.	TCU	Acompanhamento do atendimento aos Acórdãos e Diligências evitando a não implementação pelos setores	100% dos Acórdãos e diligências ocorridos em 2015/2016.	AUDIN	Acórdãos TCU	Janeiro a Dezembro/2016	200
1.6	Programas de Auditoria- Procedimentos	Risco: descumprimento das orientações contidas nos programas e auditoria ocasionando fragilidades na padronização dos trabalhos. Relevância: Padronização na execução dos trabalhos realizados pela equipe da AUDIN e fortalecimentos das áreas auditadas.	AUDIN	Capacitação e Elaboração dos Programas de Auditoria conjuntamente com a equipe de auditores internos para padronização dos trabalhos que serão utilizados na realização das auditorias previstas nas ações do PAINT/2016	Elaborar 100% dos programas correspondentes a Cada ação de auditoria do PAINT/2016	AUDIN	Legislações pertinentes ao assunto da nota.	Janeiro a Fevereiro/2016	1112
1.7	Plano de Providência das Recomendações de Auditoria da Auditoria Interna	Risco: Descumprimento das recomendações da Auditoria interna pelos setores auditados Relevância: Monitoramento para o cumprimento das recomendações emitidas para evitar constatação na auditoria de gestão.	AUDIN	Verificar a implementação da recomendações emitidas pela AUDIN, através do Plano de Providências Permanente-PPP	100% das recomendações dos relatórios emitidos pela Unidade de Auditoria.	Reitoria e Campi		Junho e Dezembro/2016	280
2. ÁREA DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS									



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

2.1	Avaliação da regularidade dos processos licitatórios	<p>RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes, ocasionando contratações indevidas e ressalvas nas contas.</p> <p>RELEVÂNCIA: Evitar o desvio de finalidade e irregularidades nas contratações públicas, para aprovação das contas sem ressalvas.</p>	AUDIN	<p>OBJETIVO: Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados, referente a formalização dos processos, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, selecionados com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade. sua utilização, controle internos, existência do bens, inventários.</p>	Analisar 10% dos processos Licitatórios executados em 2016	Reitoria e Campi	Lei 8.666/93, Decreto 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005. - Lei 12.462/2011, institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. -Decreto	Agosto e Setembro/2016	1000
2.2	Avaliação da regularidade dos processos licitatórios Expansão e Reestruturação.	<p>RISCO: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigentes, ocasionando contratações indevidas.</p> <p>RELEVÂNCIA: Evitar o desvio de finalidade e irregularidades nas contratações públicas.</p>	CGU	<p>OBJETIVO: Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados, referente a formalização dos processos, sua utilização, controle internos, existência do bens, Atendimento a ação de expansão.</p>	Analisar 10% dos processos Licitatórios executados em 2016	Reitoria e Campi	Lei 8.666/93, Decreto 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005. - Lei 12.462/2011, institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.	Agosto e Setembro/2016	130



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

2.3	Veículos Oficiais	<p>- RISCO: Ausência de controle e acompanhamento da utilização dos veículos oficiais., utilização de mecanismos de gerenciamento da frota.</p> <p>- RELEVÂNCIA: Averiguar a eficácia e oportunidade de melhorias nos controles dos veículos oficiais.</p>	AUDIN	OBJETIVO: avaliar o controle de utilização dos veículos oficiais e o controle do fornecimento de combustíveis.	Avaliar os pagamentos de fornecimento de combustíveis da frota dos veículos oficiais referente ao período janeiro a março/2016.	Reitoria e Campi	Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008: - IN - MPOG nº 3 de 15 de maio de 2008:	abril/2016	320
-----	-------------------	--	-------	--	---	------------------	---	------------	-----

2.3	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	<p>RISCO: Ausência de acompanhamento por parte das Coordenações de assistência Estudantil e avaliação do PNAES.</p> <p>RELEVÂNCIA: Impacto social do programa, que tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos estudantes na Instituição</p>	AUDIN	OBJETIVO: Avaliar a conformidade do uso dos recursos do PNAES com os objetivos definidos para o programa. O resultado esperado é o direcionamento da totalidade dos recursos para as áreas de ação da assistência estudantil definidas pelo governo federal.	Análise da aderência da aplicação dos recursos com as ações de assistência determinadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dos critérios fixados em normativos internos e das metas fixadas para o programa. A análise será amostral, em amostra a ser definida, considerando a aplicação dos recursos e os benefícios concedidos no 1º semestre de 2016.	Reitoria e Campi	Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Portaria Normativa nº 02, de 27 de março de 2012.	Junho e Julho/2016	676
-----	--	--	-------	--	--	------------------	--	--------------------	-----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

2.4	Inscrição em Restos a Pagar	Risco: Inobservância das normas vigentes. Averiguar a fundamentação de Inscrição indevida de restos a pagar remanescentes nas contratações dos exercícios anteriores Relevância: Evitar o descumprimento das normas vigentes por parte do gestor em inscrições em restos a pagar	AUDIN	Avaliar a fundamentação da inscrição de restos a pagar dos saldos remanescentes	Avaliar 30% das inscrições de restos a pagar	Reitoria/Campi	art. 22 e 35 do Decreto nº 93.872/86, art 35 da Lei 4.320/64	Junho/2016	240
-----	-----------------------------	---	-------	---	--	----------------	--	------------	-----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

3- AREA DE RECURSOS HUMANOS									
3.2	Cessão/Requisição de Servidores	RISCO: ausência de controle nos períodos de Cessão ou requisição expirada. RELEVÂNCIA: Controles sistematizados na área de pessoal	AUDIN	Avaliar os controles de vigência das Cessão dos servidores requisitados e/ou cedidos para órgãos federais, estaduais e municipais e seu devido ressarcimento quando for o caso	Avaliar 100% das Cessões e/ou requisições dos servidores.	AUDIN/ DGP	Lei 8.112/90	Abril/2016	400
3.3	Afastamento para curso de Pós Graduação Mestrado e Doutorado	RISCO: ausência de controle na prestação de contas relativo ao afastamento RELEVÂNCIA: controles internos aperfeiçoados para monitoramento da ação de capacitação de Pessoal	AUDIN	OBJETIVO: avaliar o controle de prestação de contas em relação a cursos de Pós Graduação para os servidores	Avaliar 30% dos afastamentos para cursos de Pós Graduação Mestrado e Doutorado	AUDIN	Resolução nº. 35 do Conselho Superior, de 20 de julho de 2015.	Maio/2016	592



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA**

3.4	Contratação de Estagiários	RISCO: ausência de acompanhamento por parte do orientador RELEVÂNCIA: Controles sistematizados na área de pessoal	PRODI	OBJETIVOS: Avaliar a existência de monitoramento por parte do orientador.	Analisar 20% dos estagiários por Unidade.	Reitoria/ Campi	Decreto N° 2.014 de 25 de 1996, em conformidade com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Orientação Normativa n° 4, de 04 de julho de 2014, Lei n° 11.788/08 c/c Orientação Normativa MPOG n°07/08 e do Decreto n° 3.298/99	Março/2016	684
4- AREA OPERACIONAL									
4.1	Mapeamento de riscos dos processos das áreas Estratégicas.	RISCO: Ausência de rotinas e fluxo de processos para tomada de decisão RELEVÂNCIA: Normatização e manuais das atividades diárias das unidades organizacionais	CGU/ TCU	Avaliar os riscos de controles internos das Áreas Estratégicas da Gestão: Pró-Reitoria e Diretorias Sistêmicas, quanto ao mapeamento de processos de cada unidade organizacional.	Avaliar a estrutura de controle interno e Mapear as áreas de risco das unidades organizacionais	Reitoria	COSO II DN TCU	Outubro e novembro/2016	1200
5- Gestão de TI									



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

5.1	Gestão de TI	Riscos quanto ao planejamento da gestão de TI; Perfil dos recursos humanos; Segurança da informação; Capacidade de desenvolvimento e produção de sistemas; Procedimentos para contratação e gestão de bens e serviços de TI.	CGU	Avaliar a gestão de TI	Verificação da documentação, organização, estrutura e gestão relacionadas à Tecnologia da Informação	Reitoria	Instrução Normativa nº4, de 11 De Setembro de 2014. e Legislação correlata.	Maio e Setembro/ 2016	240
-----	--------------	--	-----	------------------------	--	----------	---	-----------------------	-----



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
AUDITORIA INTERNA

II - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA						
AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO	ORIGEM DA DEMANDA	JUSTIFICATIVA	CRONOGRAMA	LOCAL	RECURSOS HUMANOS	HORAS PREVISTAS
5.1 Orientações aos Campi sobre as rotinas administrativas.	DG	Capacitar os servidores dos Campi, sobre controles internos relativo à rotinas administrativas e fragilidades encontradas nas ações de Auditoria, visando à eficiência e	Julho/2016	Campi	05	200
5.2 Participação do XLIV, XLV Fórum Nacional de Auditoria Interna do MEC Fortalecimento e melhoria da capacitação da equipe da Auditoria interna.	CGU/TCU/FONAIMEC	Atualização, disseminação, socialização dos conhecimentos e participação em oficinas ministradas pelos órgãos de controle	Maio Novembro	A definir	02	160
5.3 Curso de Capacitação: Auditoria de Risco Auditoria e Controle Internos Govenamentais	AUDIN	Capacitar o servidores lotados na AUDIN para o desenvolvimento de suas atividades.	A definir	A definir	05 05	200 200
Reserva Técnica	AUDIN	Orientação e Assessoramento e orientações nas Áreas administrativas.	Janeiro a Dezembro	Reitoria/Campi	05	240